

Eloy Câmara Ventura



**A RUA QUINTINO BOCAIUVA,
BERÇO DOS IMIGRANTES ALEMÃES**

São Paulo
2019

A RUA QUINTINO BOCAIUVA, BERÇO DOS IMIGRANTES ALEMÃES

Eloy Câmara Ventura

Resumo:

O objetivo do presente trabalho é resgatar a história e a importância dos logradouros e das ruas da cidade de São Paulo, incluindo os atrativos que esses locais possuíam para os imigrantes alemães que ali se fixaram para morar e trabalhar, contribuindo assim para as transformações da cidade, que posteriormente se transformou em uma das maiores metrópoles do país e do mundo.

Summary:

The objective of this work is to recover through history the importance of the places and streets of the city of São Paulo and the attractions they exercised for the German immigrants who settled there, and through their work contributed for the transformations of the city and later into one of the largest metropolises in the country and the world.

Palavras-chave: Rua Quintino Bocaiuva; Imigração; Alemanha; São Paulo; Brasil.

Key-Words: Quintino Bocaiuva Street; Immigration; Germany; São Paulo; Brazil.

Quando nos debruçamos sobre a história da cidade de São Paulo temos que retroceder no tempo para compreender os fatos que lhe antecederam, em 1532, Martim Afonso de Sousa funda, no litoral paulista, a primeira vila brasileira, São Vicente. Donatário da capitania de São Vicente, Martim Afonso de Sousa incentiva a ocupação da região e outras vilas são criadas no litoral (Itanhaém, 1532; Santos, 1546). Poucos anos depois, vencida a barreira representada pela serra do Mar, os colonizadores avançam pelo planalto Paulista, estabelecendo novos povoados. Em 1553, João Ramalho, que vivia no planalto desde a criação de São Vicente, funda a vila de Santo André da Borda do Campo, situada no caminho do mar (atual região do ABC paulista). Explorador português, João Ramalho era casado com a indígena Bartira, esta, por sua vez, filha do cacique Tibiriçá, chefe da tribo dos tupiniquins. Foi de suma importância o papel desempenhado por João Ramalho como intermediário dos interesses portugueses junto aos indígenas (BUENO, 1999, p. 61).

O padre Manuel da Nóbrega, superior da Companhia de Jesus no Brasil, estava interessado em estabelecer um local onde pudesse catequizar os indígenas longe da influência dos homens brancos observou que uma região próxima, localizada sobre um planalto, seria o ponto ideal, então chamado de Piratininga (VASCONCELOS, 1977, p. 233).

Em 29 de agosto de 1553, padre Manuel da Nóbrega fez 50 catecúmenos entre os nativos, o que fez aumentar a vontade de fundar um colégio jesuíta no Brasil (KEHL, 2004, p. 93-93).

Foram esses jesuítas que fizeram o aldeamento da Vila São Paulo de Piratininga – nome que significa peixe seco.

Nome indígena do local onde hoje é a cidade de São Paulo. O rio Tietê era limpo e tinha muito peixe. Quando transbordava e depois voltava ao leito, a várzea (áreas ao largo do rio, onde hoje são os bairros do Bom Retiro, Brás, Mooca) ficava cheia de peixes “enclhados”. Segundo o padre José de Anchieta, até 12 mil peixes ficavam “secando ao sol”. (ANCHIETA, 1984, p. 158).

Em janeiro de 1554, um grupo de jesuítas, comandado pelo padre Manuel da Nóbrega e auxiliado pelo igualmente jesuíta José de Anchieta, que estava a apenas dois meses de completar 20 anos de idade, chega ao planalto, auxiliado por João Ramalho. Com o objetivo de catequizar os índios que viviam na região, os jesuítas erguem um barracão de taipa de pilão, em uma colina alta e plana, localizada entre os rios Tietê, Anhangabaú e Tamanduateí, com a anuência dos chefes indígenas locais, como o cacique Tibiriçá, que comandava uma aldeia de tupiniquins nas proximidades, e o chefe Tamandiba. Em 25 de janeiro daquele ano, dia em que se comemora a conversão do apóstolo Paulo, o padre Manuel de Paiva celebra a primeira missa na colina. A celebração marcou o início da instalação dos jesuítas no local, e entrou para a história como o nascimento da cidade de São Paulo.

Dois anos depois, os jesuítas erguem uma igreja – a primeira edificação duradoura do povoado. Em seguida, ergueram o colégio e o pavilhão para os aposentos. Destas construções originais, resta apenas uma parede de taipa. Onde encontra-se o Pátio do Colégio.

A população do povoado seria expressivamente ampliada em 1560, quando, por ordem de Mem de Sá, governador-geral da colônia, os habitantes da vila de Santo André da Borda do Campo são transferidos para os arredores do colégio devido à extinção dessa vila. O povoado é, então, elevado a essa categoria, com o nome de “Vila de São Paulo de Piratininga”. Por ato régio, é criada, no mesmo, ano, sua Câmara Municipal, então chamada “Casa do Conselho”. No cabeçalho das cartas que o padre Anchieta escrevia a partir de 1556, era chamada “São Paulo de Piratininga” (ANCHIETA, 1984, p. 22).

Estima-se que, na época da fundação de São Paulo, não mais de 100 habitantes viviam nos arredores do colégio erguido pelos jesuítas, constituindo o núcleo inicial da futura cidade. Segundo dados da Câmara, em 1600, contava com 190 moradores passaria a ter cerca de 1.500 em 1640, de acordo com uma declaração do Padre Montoya. Tratava-se, portanto, tratava-se de um aumento populacional de 300% em menos de quarenta anos. (LUIZ, 1639).

Nos três séculos seguintes, o povoado conheceu um lento crescimento, somente alterado a partir de 1870, quando o primeiro levantamento censitário realizado no Brasil, em 1872, apontou a presença de 31.385 habitantes.

Em 1562, incomodados com a aliança entre tupiniquins e portugueses, os indígenas tupinambás, unidos na Confederação dos Tamoios, lançam uma série de ataques contra a vila em 9 de julho, no episódio conhecido como Cerco de Piratininga. A defesa organizada por Tibiriçá e João Ramalho impede que os tupinambás entrem em São Paulo, e os obriga a recuar, em 10 de julho do mesmo ano.

O curso do rio Tietê era o caminho natural para o interior da capitania e à atual região Centro-Oeste. São Paulo converteu-se no principal centro do movimento bandeirante, especialmente a partir da década de 1660. Foi da vila que partiram as históricas expedições de Fernão Dias Pais, Antônio Raposo Tavares, Domingos Jorge Velho e de Bartolomeu Bueno da Silva, entre outras.

Após a descoberta de ouro pelos bandeirantes paulistas no Sertão do Cuieté, atual estado de Minas Gerais. Repetiram-se o feito alguns anos mais tarde, em Mato Grosso e Goiás. Pioneiros em explorar e ocupar o território mineiro, os paulistas logo enfrentariam a concorrência de luso-brasileiros de outras regiões da colônia, culminando no conflito denominado Guerra dos Emboabas (ANCHIETA, 1984, p. 93).

O termo “emboaba” foi utilizado para descrever os estrangeiros que estavam tentando conquistar as jazidas de ouro. Os indígenas brasileiros sempre usavam essa expressão para fazer menção à algumas aves que tinham penas até os pés. Com o tempo,

a palavra começou a ser usada pelos bandeirantes para se referir aos estrangeiros (calçados de botas) que tentavam explorar o que eles haviam descoberto.

Os emboabas, dispostos a enriquecer com as jazidas, organizaram várias expedições sob o comando de Manuel Nunes Viana com o objetivo de enfraquecer a resistência dos bandeirantes paulistas. Houveram várias lutas, mas a que ficou mais conhecida foi a que ocorreu no Capão da Traição, onde os emboabas mataram mais de 300 paulistas. A cada batalha, os portugueses tentavam reafirmar o seu poder de colonizadores sob o Brasil e tudo que fosse encontrado nele (TAUNAY, 1948).

A descoberta paulista despertou pela primeira vez a atenção do reino português sobre a vila, já que São Paulo, a essa altura, não apenas concentrava a partida das expedições, mas também se torna o núcleo principal de irradiação das correntes de povoamento que se dirigiam para Minas Gerais e, posteriormente, para Mato Grosso e Goiás. Como consequência, em 1709, São Paulo substitui São Vicente como sede administrativa da capitania – que tem seu nome alterado para Capitania de São Paulo e Minas de Ouro. Em 1711, São Paulo é elevada a cidade.

As ruas da cidade situadas na encosta da colina, e que dão acesso aos campos, são as únicas em declive. As outras são planas, largas e retas, permitindo a circulação de veículos... e prossegue Saint-Hilaire em seu relato:

As mais bonitas são a Rua Direita e Rua Luís Antônio. Algumas são pavimentadas, mas o calçamento é malfeito, outras só são calçadas defronte das casas [...]. A casa da Câmara forma um dos lados de uma praça quadrada. É um belo prédio de dois pavimentos, ornado por um frontão e medindo aproximadamente setenta passos de comprimento por vinte de largura, com nove janelas na fachada. A cadeia ocupa o lado direito do andar térreo e uma parte do mesmo lado do pavimento superior. Quero frisar que considero vantajosa a instalação das cadeias no mesmo prédio das câmaras. O regulamento exige que elas tenham janelas iguais às do resto do prédio, e em consequência são bastante arejadas. Em São Paulo, como em outras cidades, os presos podem ficar à janela e conversar com os passantes. (SAINT-HILAIRE, 1972)

Esta foi a visão poética de Saint-Hilaire sobre a cidade de São Paulo, em 1808, foi construído, utilizando a técnica taipa de pilão, o primeiro paredão do Largo do Piques – atual Ladeira da Memória –, ponto de chegada das caravanas que entravam na cidade vindas do sul e do oeste do estado e seguiam pela Rua da Cruz Preta (SAINT-HILAIRE, 1972, p. 128-129).

Questão interessante é o relato que os viajantes faziam a respeito da área central da cidade, na virada do século XIX para o século XX, mas todos concluíam que era a parte mais animada da Cidade. Em 1883, assim testemunhou von Koseritz (1830-1890): “A vida na capital se concentra no Triângulo, que é formado pelas ruas de São Bento, Direita e da Imperatriz”, atual XV de Novembro (KOSERITZ, 1943, p. 254).

Koseritz observou: “No coração da Cidade, em uma distância de três quadras, se encontram sete igrejas, uma olhando para outra”. Este entreolhar revela uma peculiar forma de apropriação do sítio urbano de São Paulo, que os pioneiros urbanistas religiosos souberam desenhar para dar personalidade à nascente Cidade. Os conventos se voltam para o interior do Triângulo, dando as costas para o exterior, numa atitude defensiva e introspectiva, coerente com os temores coloniais. E as três estruturas conventuais se situam altaneiras sobre os cursos d’água: o Ribeirão Anhangabaú corre às costas do São Francisco e na lateral do São Bento; o Rio Tamandateí, na área adjacente aos carmelitas, se chamou Várzea do Carmo. O arguto geólogo e mineralogista inglês John Mawe (1764-1829), em 1812, observa o perfil da Cidade:

São Paulo, situada num agradável planalto, com cerca de duas milhas de extensão, é banhada na base por dois riachos que, na estação de chuvas, quase a transformam em ilha; ligando-se ao planalto por um caminho estreito. Os riachos desembocam em largo e belo rio, o Tietê, que atravessa a Cidade numa milha de extensão, tomando a direção Sudoeste [...]. As ruas de São Paulo, devido à sua altitude (cerca de cinquenta pés acima da planície) e à água, que quase a circunda, são, em geral, extraordinariamente limpas. (MAWE, 2004, p. 63).

Até o século XIX, nas ruas do Triângulo: Direita, da Imperatriz, do Príncipe e São Bento entre outras, concentravam-se o comércio, a rede de serviços bancários e financeiros e os principais artesãos e prestadores de serviços de São Paulo, dessa forma a economia da cidade ficou confinada a área do Triângulo, que servia como uma referência, pois os que ali exerciam as suas atividades faziam questão de informar aos clientes e amigos que tinham o seu estabelecimento na referida área. Somente a partir do século XIX, a cidade começou a se expandir e a crescer para fora dos limites do centro da cidade, ou seja, do denominado Triângulo.

Anteriormente, o trajeto era do Pátio de São Gonçalo à Rua da cadeia, que se chamava primeiramente, Rua da Sinhá Paneleira, posteriormente, entre outras denominações, Rua do Cangalheiro, Rua do Padre Tomé, devido ao cônego Tomé Pinto Guedes que aí residia por volta de 1765, Rua da Caixa D'Água, Rua da Cruz Preta, após a visita da família real a São Paulo, foi chamada de Rua do Príncipe, e posteriormente Rua Quintino Bocaiuva denominação que persiste até hoje.

Relatos da época trouxeram a informação de que em frente à residência do avô do poeta Manoel Antônio Álvares de Azevedo esquina da antiga Rua da Freira, atual Barão de Paranapiacaba, existia uma grande cruz de madeira sob um pedestal – até hoje não se sabe por intenção de qual alma penada aquela cruz foi erguida chamada de Cruzeiro da Caixa D'Água, pois ali perto ficava um reservatório d'água que foi construído no final do século XVIII (RIBEIRO, D. L.).

Por volta de 1830, alguns estudantes do Curso Jurídico à noite resolveram tirá-la do pedestal, surgiram vários boatos, alguns moradores afirmaram que visualizaram um bando de anjos que levaram a cruz, sete dias mais tarde a mesma foi encontrada e recolhida do rio Anhangabaú por Manoel José da Ponte, foi levada para a casa deste, nas proximidades da Ladeira do Piques – onde mandou fazer uma pequena capela no Largo do Piques, conhecida depois, por Santa Cruz do Piques (VAMPRE, 1936).

Assim, Nuto Santana fala sobre a Rua do Príncipe:

Rua do Príncipe e em 1889, logo depois de proclamada a república, um grupo de populares, procedido de banda de música, dirigiu-se rumorosamente, às 11 horas do dia 16 de novembro, à Câmara Municipal. Iam, comissionados por uma grande parte solicitar a mudança dos nomes de diversas ruas, entre elas a do Príncipe, para Quintino Bocaiuva, nome que conserva até hoje.

A questão imigratória para o Brasil, o Príncipe Regente Dom João, com o Decreto em 25 de novembro de 1808¹, aceita a imigração e a concessão de sesmarias aos

¹ Decreto de 25 de Novembro de 1808. Permite a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brazil. Sendo conveniente ao meu real serviço e ao bem público, augmentar a lavoura e a população, que se acha muito diminuta neste Estado; e por outros motivos que me foram presentes: hei por bem, que aos estrangeiros residentes no Brazil se possam conceder datas de terra por sesmarias pela mesma fórma, com que segundo as minhas reaes ordens se concedem aos meus vassallos, sem embargo de quaesquer leis ou disposições em contrário. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e o faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 25 de Novembro de 1808. Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor.

estrangeiros, o intuito de incentivar a produção da lavoura e o aumento da população. Em 1816, a fome atingiu níveis insuportáveis na Suíça. Na premência de conseguir um imediato escape para a sua pressão demográfica, o Cantão de Friburgo despachou para Paris o agente Sebastião Nicolau Gachet, natural de Gruyère, naquele Cantão, a fim de, mediante a Legação de Portugal na França, obter da coroa lusitana autorização para o assentamento de colonos suíços no Brasil. Essa solicitação foi passada para a Corte, no Rio de Janeiro, merecendo a aprovação de Dom João VI. Gachet conseguiu de Dom João VI um benevolente contrato para a vida de colonos suíços, contrato esse capitulado em 24 artigos e que deu origem ao Decreto Real de 18 de maio de 1818 (PEREIRA DA SILVA, 1865, p. 355).

O Decreto de 16 de março de 1820, aprimorou a legislação possibilitando a concessão de áreas de terras aos colonos e enunciando em seus artigos o critério da outorga das datas, isenção de impostos durante dez anos e inclusive a obrigatoriedade de professarem a religião católica e outras considerações em seus artigos 1º a 8º.²

Após a Proclamação da Independência, o imperador do Brasil, Dom Pedro I, precisava de colonos e artesãos para trabalharem no país, além de soldados para garantirem a segurança e a defesa, então ele aconselhou os representantes brasileiros na Europa a oferecer boas condições a todos os que estivessem dispostos a se instalar no Brasil. A motivação de Dom Pedro estava alicerçada pela legislação vigente.

Retrocedendo na história a união de Brandemburgo ou em alemão Brandenburg e o Ducado da Prússia em 1618 culminou na proclamação do Reino da Prússia, em 1701, quando o país se tornou uma das grandes potências de sua época com maior influência nos séculos XVIII e XIX. Durante o século XIX, o chanceler Otto von Bismarck uniu os principados alemães em uma “Alemanha Menor”, que excluía o Império Austríaco. No Congresso de Viena (1814-1815), que redesenhou o mapa da Europa após a derrota de Napoleão, a Prússia adquiriu uma grande parte do noroeste da Alemanha, incluindo Ruhr rica em carvão, esse ganho de território significou uma duplicação da população. O país então cresceu rapidamente na influência econômica e política e tornou-se o núcleo da Confederação da Alemanha do Norte em 1867, e depois do Império Alemão em 1871. O Reino da Prússia era agora tão grande e tão dominante na nova Alemanha que os Junkers – Junker eram denominados os membros da nobreza constituída por grandes proprietários de terras nos estados alemães anteriores e durante o período da Monarquia da Alemanha Imperial (Deutsches Kaiserreich), (1871-1918) - e outras elites prussianas eram cada vez mais identificadas como alemães e cada vez menos como prussianos.

Atualmente a comunidade do Palatinado (Pfalz ou Kurpfalz) está dividida em Hesse (Hessen), Renânia-Palatinado (Rheinland-Plaz), Baden-Württemberg e Saarland, Baviera e parte da França.

O principado do Palatinado tornou-se parte da Baviera no século XIII, quando Frederico II deu o principado ao Duque da Baviera. O Palatinado pertenceu a família Wittelsbacher até que foi tomado por Napoleão entre 1797 e 1801. Foi dividido muitas vezes por causa dos tradicionais direitos de herança germânicos. De uma só vez foi dividida entre tantos quanto quarenta e quatro soberanos.

Durante a Guerra dos Trinta Anos, 1618-1648, o Palatinado foi completamente devastado, e a sua população era composta de imigrantes, cerca de 40 por cento deles vindos da Suíça, a partir de 1800 a população prosseguia descontente por vários fatores: as guerras

2 Decreto de 16 de março de 1820: Em exposição de motivos esclarece: “Considerando a vontade de emigrar que os diferentes povos da Alemanha e de outros países manifestam pelo excesso de suas populações e considerando oportuno o estabelecimento de colônias estrangeiras no seu Reino do Brasil, seja para o bem deste mesmo reino, seja para o bem das famílias e pessoas que formarão as ditas colônias, sua Fidelíssima Majestade Real se dignou determinar as condições sob as quais estes colonos deverão ser admitidos e as vantagens que lhe serão outorgadas”.

constantes entre os estados; fome e colheitas desastrosas; a crise era ainda agravada pelo crescimento demográfico, conforme acima mencionado; política administrativa, do ponto de vista econômico continuava um povo essencialmente agrícola, crise na indústria da lapidação no Birkenfelder Land, no começo do século XIX, a lapidação de pedras preciosas e semipreciosas, centralizadas na cidade de Idar e Obertstein, experimentou sua pior crise, simplesmente por terem se esgotado as reservas da região; crise dos pequenos altos-fornos do Hunsrück, por razões econômicas e estratégicas, estes pequenos altos-fornos foram deslocados para o Sarre, onde havia carvão de pedra, indispensável para a transformação mais rentável do minério; questão religiosa, houve um temor subjetivo de perseguição dos católicos pelos protestantes; ainda persiste a política administrativa, a Alemanha, mesmo com as simplificações territoriais impostas por Napoleão e mantidas parcialmente pelos vencedores, continuava sendo uma colcha de retalhos.

Do ponto de vista sócio econômico, suas características continuavam essencialmente agrícolas, mas com modificações no modelo da propriedade e no sistema de trabalho, pela legislação napoleônica, foi abolida a posse feudal da terra, possibilitando, ao antigo servo, ter acesso a ela, sob a condição de ceder ao senhor uma terceira parte do imóvel. Com isso grande parte dos camponeses não conseguiam mais possuir uma porção de terra suficiente para subsistir. Muitos outros, no decorrer dos tempos, iam chegando igualmente ao estado de minifúndios devido ao fracionamento da propriedade. A terra por causa da divisão de herança cada vez menor e isso era prática comum entre os pequenos agricultores, com muitos filhos justo na região do Palatinado, em alemão Realteilung.

Em ambos os casos, havia uma liberação de mão de obra, passível a ser dirigida à imigração, tanto para as indústrias incipientes como para a emigração ao exterior. Havia também o temor ao serviço militar, pois cada súdito, gozando de boa saúde, fosse qual fosse a sua religião, era obrigado a prestar serviço militar durante dois anos na cavalaria e três anos na artilharia montada, desnecessário enfatizar que a mão de obra era um fator preponderante para a família, desta forma, muitos desses imigrantes deixaram o Palatinado e emigraram para os Estados Unidos, Rússia, e América do Sul.³

As economias das regiões da Prússia eram dominadas pelo latifúndio de tipo Gutsherrschaft, conceito agrário que, em linhas gerais, implica a existência de grandes unidades de produção agrícola, onde o nobre conduzia pessoalmente a administração de seus domínios (Landgut) por meio de trabalho servil e, por vezes, sujeição pessoal do camponês. Em contrapartida, sempre dependendo do acordo entre o camponês e o Gutsherr, que não raro provinha de práticas costumeiras, o primeiro recebia do segundo uma fazenda com moradia, animais de tração e benfeitorias em bom estado de manutenção e funcionamento. O Gutsherr também era responsável pelo privilégio camponês de Konservation, ou seja, o amparo do camponês e de sua família em períodos de crise agrícola, guerras, doenças e outras atribuições de vida; tratava-se de fato de um abrangente plano de seguridade social. Por outro lado, o camponês pagava o arrendamento de seu lote, prestava serviços na propriedade do Gutsherr durante dias fixos da semana. O Gutsherr também autorizava e proibia os casamentos do camponês, regulava questões de herança, recolhia impostos dos camponeses para o estado e detinha poder de polícia (Polizeigewalt) e justiça (Patrimonialgerichtsbarkeit); ele igualmente era

³ O Reino da Prússia foi dissolvido em 1918. Na República de Weimar, o estado da Prússia perdeu quase toda a sua importância jurídica e política em 1932. As velhas elites prussianas desempenharam um papel passivo no regime nazista; Prússia foi legalmente abolida em 1940. A Prússia Oriental perdeu toda a sua população alemã depois de 1945, quando a Polônia e a União Soviética anexaram seu território. O termo “prussiano” tem sido frequentemente utilizado, especialmente fora da Alemanha, para enfatizar o profissionalismo, agressividade, militarismo e o conservadorismo da classe Junker de aristocratas que desembarcaram no Oriente dominaram primeiro a Prússia e depois o Império Alemão antes de 1918.

o responsável pela manutenção da vida religiosa e do sacerdote local (EDDIEE, 2013, p. 356).

O Gutsherrschaft fora de fato um dos grandes obstáculos da transição da Prússia para uma sociedade liberal e burocrática, pois o ímpeto do ALR cessava exatamente onde o Gutsherrschaft começava (FOUQUET, 1974, p.15-16).

Por acreditar no poder transformador, pedagógico e racional do Estado, Frederico II buscou – com o auxílio de juristas experimentados – criar um código legal que unificasse a Prússia pelo menos juridicamente. Contudo, o vitorioso monarca não sobreviveu para ver o Allgemeines Landrecht für die Preußischen Staaten (ALR) em vigência, pois este foi publicado em 1794 sob as ordens do monarca Frederico Guilherme II. O ALR era um código de natureza subsidiária e era eficaz somente quando as regulações provinciais e locais silenciavam; por último, o ALR sancionava a divisão da sociedade em estamentos, impedindo o desenvolvimento no plano político-jurídico de uma sociedade liberal (KOSELLECK, 1989, p. 739).

Temos exata visão dos motivos que fizeram com que os imigrantes se deslocassem para o Brasil, em busca de novas oportunidades, incentivados pelos agentes da época, o pioneiro Sebastião Nicolau Gachet, que transportou 2000 colonos (1818-1819) para o Rio de Janeiro e posteriormente para Nova Friburgo, os registros comprovam que nem todos eram suíços, havia também emigrados de Württemberg, da Baviera e de Baden e outras regiões e posteriormente, George Anton Aloysius von Schaeffer que prosseguiu no recrutamento de inúmeras embarcações transportando os imigrantes em grande número com destino ao Brasil.

O Major Schaeffer como encarregado de negócios do Brasil. O Agent d’Affaires Politiques de D. Pedro I apresentou as suas credenciais em Bremen em 24 de fevereiro de 1826 e em Lübeck em 19 de abril de 1826. A sua procuração era assinada por Luíz José de Carvalho e Mello, sucessor de José Bonifácio de Andrada e Silva, com data de 19 de março de 1825, a nomeação de Schaeffer, válida não só para as três cidades livres hanseáticas, mas também para a Baixa-Saxônia que abrange o Reino de Hannover e o Grão-ducado de Oldenburgo (HUNSCHE, p. 16ff.).

O comandante Schaeffer, como ele gostava de ser chamado, era um excelente marqueteiro, instalado inicialmente na cidade de Bremen, tratava de providenciar documentos que facilitassem a vinda dos imigrantes, promovia palestras e exibia imagens mostrando que embarcando para o Brasil, os imigrantes iriam conquistar a América e as gravuras mostravam uma terra de sonhos, de uma grandiosidade imensa, da flora, da fauna etc. Ele se encarregava de fornecer detalhes da contratação de forma verbal, mas no momento do embarque o imigrante viajava apenas com um documento de saída, isto é, *sem nenhum contrato*.

Temos o relato do contingente de imigrantes da Galera holandesa “Maria” desembarcados no Porto do Rio de Janeiro em 24 de outubro de 1827, a embarcação havia saído do Porto de Texel, em Amsterdam, a partida efetuou-se em 30 de julho, conforme avisos do Amsterdamche Courant, do dia 30 de julho e 1º de agosto de 1827, respectivamente, com 85 dias de viagem, sob o comando do capitão Jan Hendrik Kraanstuiver, trazendo 227 colonos: 65 homens, 52 mulheres e 110 crianças. Morreram durante a viagem 3 homens, 2 mulheres e 9 crianças, Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, de 25 de outubro de 1827.

Após um período de quarentena no Rio de Janeiro, os imigrantes foram destinados a colônia Alemã em Santo Amaro, sendo que o desembarque no Porto de Santos ocorreu em 13 de dezembro de 1827, pela galera holandesa “Maria”, conforme descreve a lista de passageiros naquela oportunidade (ZENHA, p. 9, 17, 28, 43, 48, 63-95).

Na lista de passageiros transcrita por Zenha, consta sob o número 22 a família de Ludwig Roos ou Luiz Roos, casado, Anna Maria, sua mulher e filhos Barbara e Anna Maria, esta última conforme no registro de desembarque contava um ano de idade, existe uma possibilidade que ela tenha nascido durante a viagem e no futuro iria contrair núpcias com o meu ancestral Francisco Jonas conforme irei relatar.

Alguns estudiosos e pesquisadores questionam a denominação do veleiro “Maria”, pois a grafia para alguns seria “Maria Helena” (ZENHA) e para outros, “Helena Maria”, pois naquela época não era comum a denominação de um único nome para as embarcações (HUNSCHÉ, p.158-163). E, ainda, a controvérsia do registro da lista do desembarque dos passageiros no Rio de Janeiro, isto porque, pelo relato de alguns pesquisadores a mesma encontrava-se em poder do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, para outros, a lista encontrava-se no Arquivo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a qual posteriormente não foi mais localizada.

Hunsche pesquisou junto ao Arquivo Estadual de Bremen e o resultado foi nulo, entretanto teve sorte em sua busca no Arquivo Municipal de Amsterdam lá encontrou o registro do Contrato da fragata Maria, depositado no inventário 128 do Gemeentelijke Archiefdienst de Amsterdam, Capitão Jan Hendrik Kraanstuiver, Fragata Maria. Bandeira Neerlandesa, para: Rio de Janeiro, dia 19 de junho de 1827. Agentes Marítimos: Senhores C.S.H. Kraanstuiver, tripulação 14 pessoas Ass. J.Dallian.

Existe uma possibilidade de que o veleiro Maria tenha sofrido um naufrágio em Falmouth, pelo tempo da demora da viagem, ou seja, 85 dias e somente tenha prosseguido na viagem após alguns reparos na embarcação e, ainda, pelo fato do número de passageiros desembarcados no Rio de Janeiro e depois em Santos ser estimado em um número maior, acredita-se que muitos haviam permanecido em Falmouth, conforme veremos a seguir.

Zenha relata, a seguir os seguintes contingentes de imigrantes desembarcados no Porto de Santos, um grupo de trinta e nove imigrantes havia chegado pelo Bergatim Português - “Paquete do Rio”, em 18 de janeiro de 1828; e ainda, oitenta e nove imigrantes a bordo da Sumaca “Santa Delfina” em 14 de maio de 1828 e pela Sumaca “Rocha” cento e setenta e quatro colonos em 20 de junho de 1828.

Por uma curiosa coincidência as mesmas tempestades hibernais que em janeiro de 1827 destroçaram o Cécilia, provocaram, em janeiro de 1828, diante de Falmouth, avarias sérias no veleiro Maria Helena que transportava 300 ou mais colonos alemães para o Brasil. Por isso, em 1828 acumulavam-se em Falmouth cerca de 600 a 700 imigrantes que aguardavam a oportunidade de seguirem viagem ao Brasil e era comum os veleiros naufragarem pela fragilidade das embarcações e o número excessivo de passageiros transportados.

Zenha, em seu trabalho sobre a colonização de Santo Amaro, menciona duas vezes este veleiro: 1- que, a 20 de junho de 1828, 175 passageiros do Maria Helena teriam embarcado no Rio de Janeiro e, 27 do mesmo mês, desembarcado no porto de Santos; 2- que, a 3 de abril de 1829, o diretor da colônia de Santo Amaro teria comunicado a chegada de “muitos imigrantes daqueles que se tinham separado no mar e arriba à Inglaterra; seriam, por certo, os passageiros do Maria Helena.”

Assim, temos o registro que após a chegada a Santos dos passageiros do “Maria” outros imigrantes desembarcaram também em Santos, provavelmente por serem parte dos naufragos que desembarcaram depois.

O último importante contingente oficial de imigrantes destinados a São Paulo partiu de Bremen em 10 de julho de 1828, a bordo do brigue Charlotte e Louise, de bandeira alemã, sob o comando de Hermann Wessels, chegou ao Porto do Rio de Janeiro, à Corte, como se dizia na época, em 24 de agosto de 1828, após 45 dias de viagem, vieram

a bordo 212 colonos – homens, mulheres e crianças e oito soldados, tudo conforme 11 páginas manuscritas dos documentos.

Encontramos o registro de que em algumas embarcações os imigrantes pagaram para viajar o meu ancestral Johann Mathias Jonas e familiares pagaram 235.000 pelas passagens, a moeda era “*piastra*”, havia ainda uma cobrança adicional pelo tempo em que o veleiro permanecia na costa aguardando à ordem de desembarque do práctico, que, na ocasião, o capitão do Charlotte et Louise, cobrou 2:000\$000(dois mil réis) pelas despesas que teve com os passageiros nos quatro dias que permaneceram a bordo. Hunsche em suas anotações registra que alguns colonos do Charlotte et Louise foram os fundadores da colônia alemã de Rio Negro – Paraná, na época Província de São Paulo.

A lista de passageiros do brigue Charlotte et Louise redigida no idioma francês é uma preciosidade e está em poder do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, do Rio de Janeiro, posteriormente, os passageiros foram transportados, provavelmente, através da embarcação Nova Piedade, que desembarcou em Santos em 13 de novembro de 1828, nessa lista sob o número 45 consta os integrantes da família Jonas, Johann Mathias Jonas ou João Mathias Jonas, Margaretha Jonas ou Margarida Jonas e os filhos Peter Groehlinger ou Pedro Krelinger, Elisabeth ou Isabel, Franz ou Francisco Jonas e Johann Peter ou João Pedro Jonas.

Francisco Jonas casou-se na Sé em São Paulo, em 22.06.1843 com Anna Maria Roos, sendo, portanto, meus trisavôs.

A lista de passageiros do desembarque em Santos, mencionada por Zenha e outros historiadores no passado, na atualidade não mais foi localizada (ZENHA p. 17 e 38).

Existe uma possibilidade remota de que os primeiros alemães desembarcados em Santos, tivessem sido contratados para prestar serviços em Cubatão, conforme Zenha e Sommer, mas historiadores contemporâneos afirmam que a fonte documentada original é de 1855, portanto, não existe uma prova confiável de que alguns pioneiros alemães da primeira leva de 1827 e 1829, tenham permanecido em Cubatão, isso porque, conforme documentado, os imigrantes do navio “*Maria*” principalmente (a maioria), foram encaminhados a partir de 18 de abril de 1828, para alojamento provisório em Santo Amaro, Colônia e Itapecerica.

E prossegue,

ao chegar a São Paulo, o imigrante deve construir a sua própria moradia na serra. Para abrigar os solteiros foi construída uma casa de pedras, e não há registro sobre as acomodações para os casados. Acredita-se que tenham habitado moradias individuais, que já existiam, ou que foram erguidas por eles. (SOMMER, vol. III, p. 419)

Sommer, ainda registra que anos depois a mentalidade frente ao imigrante era a mesma de 1828. O alemão era visto como escravo branco. O tratamento dado a ele era até pior que o dado ao escravo, visto que as cláusulas, nos contratos feitos com os imigrantes, referentes às acomodações e suprimento das necessidades básicas, eram simplesmente ignoradas pelos agentes do governo (SOMMER, 1950).

O Governo Geral que havia destinado os imigrantes a São Paulo, encarregou Justiniano de Mello Franco⁴, português nascido em Lisboa, domiciliado em São Paulo no bairro do Brás, fluente no idioma alemão, para a tarefa de escolher o local em que a

⁴ Justiniano de Mello Franco, formou-se em medicina, na Alemanha, pela afamada Universidade Georgia Augusta de Göttingen, após clinicar em Hamm, cidade germânica localizada na região administrativa de Arnsberg, estado de Nordrhein-Westfalen, veio para o Brasil e se radicou na cidade de São Paulo, em sua chácara no bairro do Brás e depois no bairro do Maranhão atual Parque São Jorge. E nomeado titular e emérito da cadeira número 43 da Academia de Medicina de São Paulo, cujo patrono é Benedicto Augusto de Freitas Montenegro.

colônia agrícola alemã deveria situar-se, sendo nomeado Diretor da Colônia de Itapecerica, foram-lhes previstos assentamentos em Juquiá, São Vicente, Itanhaém e Itapecerica.

Foi nesta vasta área periférica e rural do futuro município de Santo Amaro que se localizava o núcleo inicial: Colônia Velha, 35 quilômetros distante da Vila de Santo Amaro. A longo prazo como veremos, poucos colonos ficaram nesse núcleo. A maioria se fixou como sitiantes no “sertão de Santo Amaro”, ou seja, na imensa área rural que começou na Capela do Socorro e ia até o alto da Serra que faz limite com São Vicente e Itanhaém. Os colonos alemães fixaram-se sobretudo nesta área que, ao lado da Colônia Velha, incluía os núcleos de Rio Bonito, São José, Casa Grande, Varginha, Bororé, Cipó, Emburu, Parelheiros. A construção da represa do Guarapiranga e Billings alterou muito toda essa área na qual a vida era mais segregada, isolada, sem comunicação com o mundo moderno (RIBEIRO, E. M. H, 2002, p. 59).

Justiniano de Mello Franco vivia sob forte pressão dos políticos da época interessados na não continuidade de pagamentos de subsídios aos imigrantes, talvez isso o tenha ultimado a requisitar a mão de obra de trabalhadores do primeiro contingente Galera “Maria”, transferindo-os provisoriamente do Hospital Militar, em 18 de abril de 1828, para o núcleo central de Itapecerica ou “Colônia Velha”, a fim de executarem a planta do futuro loteamento da área definitiva da colônia, o que implicava o desmatamento, o arruamento e a perfeita caracterização e identificação de ruas e quantidade de lotes a serem outorgados. Isso posto, cessava a obrigação do Estado em relação ao pagamento de subsídio.

Este trabalho foi realizado aproximadamente por um número de 110 imigrantes requisitados da galera Maria que foram os desbravadores daquela área até então inóspita, de mata fechada e de animais ferozes. Entretanto, alguns imigrantes que ficaram na ociosidade tornaram-se violentos e entregaram-se a bebidas, o que tornava o local do acampamento uma área de risco, Mello Franco chegou até a requisitar armas ao governo para garantir a ordem.

O Governo Geral ordenara que cada colono adulto receberia \$160 réis por dia, e as crianças \$80 réis, enquanto não se instalassem definitivamente, entretanto pesquisas recentes revelam que não há provas concretas de que todos os pagamentos foram realizados, mesmo em relação as crianças, que seria um auxílio para a compra de leite.

Os políticos eram contrários a outorga de terras aos imigrantes, Hipólito José da Costa, redator do *Correio Brasiliense*, a princípio defendia a vinda dos colonos alemães, que segundo ele seria necessário para o branqueamento da raça, para preservar a “pureza da raça portuguesa”, pois era enorme o contingente dos negros, mas fundamentava que a sua teoria era para facilitar a mestiçagem, mas mesmo assim, também, mostrava-se contrário a doação de terras aos estrangeiros.

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro mais conhecido como Senador Vergueiro, político luso brasileiro, fazendeiro de café, pessoa influente na época, era também, literalmente contra a doação de terras aos imigrantes alemães, alegando que seria uma grande injustiça conceder a estrangeiros àquilo que se negava aos nacionais e defendia em seus discursos, uma nova teoria: “*de parceria*”. Havia também, a pressão da imprensa, por exemplo o *Farol Paulistano*, era o jornal mais combativo à imigração, em que, a certa altura declara o articulista:

Não havemos de chorar amargamente a quantia de 1:400\$ réis para mais que mensalmente sai dos cofres nacionais da Província para sustentar os colonos? Não nos havemos de lembrar sem dor que esse dinheiro é sangue dos nossos concidadãos, e que estes, por estas e outras ficarem reduzidos à mendicidade hão de manda-los à taboa, ao mesmo passo que se importa gente estranha – (*si vera*

est fama) – facinorosa, com inauditos sacrifícios, para colonizar um país que não precisa, senão que o deixem prosperar, para crescer, para vir a ser uma Nação formidável? Assinado: Um Patriota. *Farol Paulistano*, São Paulo, 12 de julho de 1828 (SIRIANI, 2003, p. 59).

Em 29 de Junho de 1829 realizou-se a cerimônia do sorteio entre as noventa e quatro famílias que desejam estabelecer-se no lugar destinado à colônia, conforme afirma Zenha, entretanto o assunto não está totalmente esclarecido, pois sabemos que os imigrantes eram em número muito superior.

Feito o sorteio mesmo muitos contemplados não quiseram permanecer no local, dada as dificuldades de toda a ordem encontradas e assim, uniram-se aqueles não sorteados que rumaram para outras localidades, mas principalmente para a cidade de São Paulo.

O número de alemães registrado pelo Juiz de Paz em 1830 era de 62 famílias, com 229 indivíduos e em 1832, era de 235 pessoas (RIBEIRO, E. M. H., 2002, p. 72).

O núcleo deixou de existir administrativamente com a saída de Mello Franco em 1831, que retorna a São Paulo e deixa a Colônia aos cuidados do poder público; poucos foram os contemplados que quiseram permanecer no local pelas dificuldades a que estavam expostos.

Os imigrantes foram contratados oficialmente para trabalhar em Cubatão somente em 1837 pelo Major Bloem. Metade dos 277 alemães/prussianos que vieram foram enviados para a Real Fábrica de Ferro de Ipanema e a outra metade para Cubatão.

Os imigrantes artífices destinados para Cubatão em 1837 receberam um bom salário e um contrato de trabalho, as atividades estavam destinadas às construções e à aterragem, bem como à abertura de estradas e do porto.

Os trabalhadores, porém, não se adaptaram as condições de vida, clima tropical úmido da serra do Mar e dureza do trabalho que encontraram em Cubatão, um ano após a sua chegada, começam a se afastar por meio de distratos ou sem permissão, alguns juntaram-se a parentes e amigos que já estavam no litoral, outros escolheram viver no interior e muitos na capital.

Na Real Fábrica de Ferro de Ipanema, em Sorocaba, também ocorreu a debandada, muitos desses imigrantes artífices não se adaptaram a longa jornada de trabalho. Como os fornos não podiam ser desligados e funcionavam em alta temperatura, o trabalho era constante sem dias de descanso; desta forma, um ano após a sua contratação restaram, em Ipanema, apenas 18 trabalhadores. A maioria dos profissionais contratados por Bloem arranjaram novas ocupações, ligadas à construção civil ou a lavoura.

Outros trabalhadores foram destinados às fazendas de café no interior de São Paulo. Estes eram alemães, suíços e portugueses que chegaram ao interior somente a partir de 1847, principalmente à Fazenda do Senador Vergueiro, na qual eram submetidos a um regime de semi-escravidão, conforme mencionaremos.

Na década de 1840 e 1850, o Senador Vergueiro pôs em prática a sua teoria de parceria, que garantiria aos estrangeiros condições para serem proprietários ou arrendatários das terras. Na conclusão atual dos estudiosos que se debruçaram sobre o assunto – ou seja a *parceria* era boa somente para Vergueiro –, o plano executado pela Companhia Vergueiro evidencia o que exatamente ocorreu na famosa Fazenda Ibicaba, na cidade de Rio Claro, na qual os colonos foram muito explorados e a maioria trabalhava sob um regime de semi-escravidão. Eram confinados e explorados até economicamente, pois o soldo que recebiam para sobreviver era utilizado no comércio local – todos de propriedade de Vergueiro, isso foi immortalizado na obra de Thomaz Davatz (DAVATZ, 1980, p. 47f.).

No ano de 1858, em Chur, na Suíça, publicava-se um livro que relatava as condições de colonos suíços e alemães em uma fazenda de café da então província de São Paulo. O livro saía com o apelativo título em alemão: *Die Behandlung der Kolonisten in der Provinz St. Paulo in Brasilien und derem Erhebung gegen in ihre Bedrücker. Ein Noth-und Hilfsruf an die Behörden und Menschenfreunde der Länder und Staaten, welchen die Kolonisten angehören* (O tratamento dos colonos na província de São Paulo, no Brasil, e sua sublevação contra seus opressores. Um pedido de misericórdia e de socorro às autoridades e aos filantropos dos países e estados aos quais pertencem os colonos). Thomas Davatz, um mestre-escola em seu país e ex-colono das roças de café da fazenda Ibicaba, imigrou para o Brasil para trabalhar como colono na fazenda Ibicaba, propriedade do Senador Vergueiro. Davatz embarcou para o Brasil na primavera – europeia – de 1855, seduzido pela descrição do Brasil feita pelos agentes de imigração. O mestre-escola seguiu o que ele chamou de febre imigratória:

Lindas descrições, relatos atraentes dos países que a imaginação entreviu; quadros pintados de modo parcial e inexato, em que a realidade é por vezes deliberadamente falseada, cartas ou informes sedutores e fascinantes de amigos, de parentes; a eficácia de tantos prospectos de propaganda e também, sobretudo, a atividade infatigável dos agentes de imigração, mais empenhados em recheiar os próprios bolsos do que em suavizar a existência do pobre... – tudo isso e mais alguma coisa contribuiu para que a questão da emigração atingisse um grau verdadeiramente doentio, tornando-se uma legítima febre de emigração que já contaminou muita gente. E assim como na febre física dissipa-se a reflexão tranquila, o juízo claro, coisa parecida ocorre nas febres de emigração. Aquele a quem ela contagiou, sonha com o país idealizado durante o sono e durante a vigília, no trabalho e no descanso, agarra-se a prospectos e folhetos que tratam do seu tema favorito, dando-lhes o maior crédito (em regra, porém, quando afagam as suas aspirações) (HOLANDA, 2002, p. 11ff.).

Conforme mencionamos os alemães não contemplados com a outorga de lotes no local da colônia, também chamada Colônia Alemã de Santo Amaro e que deu origem ao atual bairro de Colônia em Parelheiros, decidiram rumar para São Paulo, muitos optaram em se fixar “*por conta própria*” na atual Rua Quintino Bocaiúva, naquela época com outra denominação, os registros de 1829 apontam cerca de 14 ou 15 famílias que se estabeleceram em vários pontos da cidade, e os alemães tomaram essa decisão talvez motivados pela existência do Paço Municipal e Cadeia, Igrejas; dos Remédios, de São Gonçalo Garcia e da Misericórdia e, mais tarde, por outras benfeitorias que foram sendo incorporadas, como o Reservatório d’Água e até a construção de um Teatro, confirmando que vislumbraram ser essa a vocação natural de crescimento e transformação da cidade, e ali passaram a exercer, na luta pela sobrevivência, as mais diversas profissões de artesãos e de vários tipos de comércio, ela centralizava o que então havia de melhor na cidade.

Os nomes dos imigrantes foram abasileirados: Johann ficou João; Franz, Francisco; Johann Roos, João Rosa; Andreas, André; Karl, Carlos e tantos outros, mas, na maioria das vezes, eram simplesmente denominados por seu tipo físico – como “alemão” – seguido da profissão: alemão “ferreiro”, alemão “marceneiro”, Johann Mathias Jonas, era chamado de “João dos molhados” e etc., facilitando assim o contato e a identificação da população local.

Em 1877 foi designado o engenheiro francês Eusébio Stevaux para transformar a antiga Casa de Câmara e Cadeia na sede da Assembleia Provincial e Câmara Municipal. Foi feito ajardinamento do Largo do Teatro e Largo de São Gonçalo, na gestão do

Presidente da Província, Sebastião José Pereira, nesse mesmo ano a cadeia foi retirada do local. A Câmara funcionou nesse endereço durante 103 anos. O prédio foi demolido juntamente com a Igreja Nossa Senhora dos Remédios, com a remodelação da atual praça João Mendes e a construção do viaduto Dona Paulina, no final da década de 1940, conforme mencionaremos a seguir.

Segundo o Arq. e Prof. Eudes Campos a reforma da Casa da Câmara foi inspirada na arquitetura francesa, conforme ilustra sua tese com a fachada do edifício Mairie do XIX^{ème} arrondissement, situada na Praça Armand-Carrel, em frente à entrada do Parc des Buttes-Chaumont (Paris, França), construída entre 1876 e 1878 em estilo neorrenascentista flamengo, conforme projeto de Gabriel Davioud e Jules Bourdais.

Visto de frente ao lado esquerdo do Paço Municipal, em 1757 existia uma pequena capela e em 1840, estando a capela se deteriorando, foi construída a Igreja de São Gonçalo Garcia, este era filho de pai português e mãe indiana, frei da ordem dos franciscanos e morreu crucificado em Nagasaki, Japão em 1579, juntamente com mais 22 missionários. Foi beatificado por Urbano VIII em 1627 e canonizado por Pio IX em 1852. A Igreja passou por várias reformas e a fachada atual é de 1881.

No sobrado do lado esquerdo da Igreja de São Gonçalo Garcia, residia o renomado jurista, político, jornalista e líder abolicionista João Mendes de Almeida Júnior (30 de março de 1856- 25 de fevereiro de 1923), no referido local atualmente funciona a padaria e confeitaria Santa Tereza.

Em frente a Assembleia Provincial, também do lado esquerdo da atual Praça João Mendes Junior existia a Igreja Nossa Senhora dos Remédios, fechando a praça à altura da atual Avenida Liberdade, que foi edificada por volta de 1727, sob a invocação de São Vicente e muitos anos depois reedificada, já sob a invocação de Nossa Senhora dos Remédios.

A Igreja Nossa Senhora dos Remédios foi demolida no final da década de 1940, para o alargamento da praça – no atual espaço, Largo 7 de Setembro, bairro da Liberdade. A minha tetravó Margaretha Josten Jonas, quando faleceu, vítima de um latrocínio, era fiel dessa Igreja, pessoa caridosa e religiosa foi sepultada na nave da Igreja.

O abolicionista Antônio Bento de Souza e Castro era o provedor da referida igreja e também, membro da loja maçônica de Piratininga que ficava na Rua Libero Badaró esquina com a Ladeira de São João onde convivia com a elite, circulava ainda com bastante desenvoltura entre as comunidades negras em outras igrejas do centro como a de Nossa Senhora do Rosário, na atual Praça Antônio Prado, desapropriada em 1903, na Santa Efigênia e Santo Elesbão.

Na parte do lado direito da atual Praça João Mendes de Almeida Junior, que atualmente corresponde aos fundos da Catedral da Sé existia o Teatro São José, cuja construção foi decidida em 1854, quando a Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo autorizou por lei o governo a contratar a construção do novo teatro. A obra ficaria a cargo do mesmo empreiteiro que havia realizado a reforma da antiga Casa da Ópera, Antônio Bernardo Quartim – para Campos, o projeto deve ter sido feito pelo engenheiro Francisco Antônio de Oliveira e seriam sócios o governo e Quartim, que ficaria com a concessão do teatro por vinte anos, inaugurado em 1864, ainda inacabado, somente concluído em 1874. Foi inteiramente destruído por um incêndio em 15 de fevereiro de 1896, muitos acreditam que o incêndio tenha sido criminoso (CAMPOS, 2009, p. 25 e 26).

O presidente Saldanha Marinho em 1868 ficou escandalizado com os privilégios de Quartim como político influente. Basta dizer que por uma lei de 1857 ele não poderia ser demitido do cargo de administrador do Jardim Público, a não ser por sentença passada em julgado, além disso, poderia manter sua residência no local por um prazo de trinta

anos, praticamente por herança, pois o cargo era exercido por seu pai tenente-coronel Antônio Maria Quartim e as obras que executou, inclusive a reforma da Casa da Ópera era fruto de apadrinhamento, assim, tudo leva a crer que era beneficiado e o trabalho era muito mais por indicação política do que por capacidade.

Saldanha Marinho, irritado com as trapalhadas na construção interminável do Teatro São José, determinou ao Procurador Fiscal do Tesouro que tomasse as providências e, enfim em 1870, conseguiu que uma lei provincial determinasse a encampação do teatro. Porém, o efeito prático só foi surgir em 1873, no governo de João Teodoro, quando o novo parecer foi emitido e constatadas todas as irregularidades na construção do teatro (CAMPOS, 2009, p. 85ff.).

Este era o cenário que predominava na atual Praça João Mendes Júnior, que, na época, ia crescendo na conveniência dos prédios que a circundavam. Portanto, não era uma unidade única e nem mesmo tinha o piso nivelado; desta forma, através do tempo, cada espaço recebia uma denominação, por exemplo: Largo da Cadeia ou Largo do Palácio, ou ainda Largo da Assembleia Provincial e, mais tarde, Largo de São Gonçalo. Com as mesmas denominações a população identificava os demais espaços da mesma praça, por exemplo: Largo do Teatro, Largo dos Remédios e etc., pois os espaços em frente aos referidos prédios foram objeto de ajardinamentos individuais; somente no início de 1900, o piso da praça foi aterrado e nivelado e os jardins individuais da fachada dos referidos prédios foram então unificados.

O traçado da Rua do Príncipe nascia na continuidade do Palácio ou da Cadeia e seguia o seu rumo até a confluência com o Largo da Misericórdia, indo terminar na Igreja Nossa Senhora da Misericórdia, daí o nome do largo. Essa Igreja situava-se na esquina da Rua Direita, em sentido da Praça da Sé, foi construída por volta de 1608 e reedificada neste local em 1716 pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, mas, em 1886, foi demolida em nome do progresso e expansão da cidade.

No penúltimo quarteirão da Rua do Príncipe com a atual esquina da Rua Barão de Paranapiacaba – antiga Rua da Freira, depois Rua das Sete Casas – foi construída em 1870 pelo engenheiro militar Henrique Luís de Azevedo Marques, um Reservatório d'Água, que os moradores denominavam simplesmente “Caixa d'água”, os pesquisadores e engenheiros examinando o projeto, conforme menciona o professor Eudes Campos, não têm dúvidas em afirmar que se tratava de um projeto de arquitetura grosseira, entretanto, esse reservatório era abastecido com a água que vinha do tanque do recolhimento de Santa Teresa, sendo destinado a alimentar o chafariz do largo da Misericórdia, e mais tarde passou a fornecer água para outros chafarizes. Esse reservatório foi fechado em 1899 e afinal demolido em princípios do século XX. Enquanto existiu o prédio fez com que grande parte da população também identificasse à rua como Rua da Caixa d'Água.

Passando da análise dos documentos e inventários da época comprovamos o domicílio dos alemães no local, Johann Mathias Jonas, ou João Mathias Jonas, como passou a ser chamado no Brasil, optou por se estabelecer no local, acompanhado de sua esposa Margharetha Josten Jonas, ou Margarida Justo Jonas, e dos filhos. Assim, estabeleceu-se com o comércio de “molhados”, como se dizia na época, comércio exercido na parte da frente de sua moradia. Na casa ao lado, residia o seu cunhado Andreas Christ, também com seu próprio negócio.

João Mathias Jonas era bastante comunicativo e, desta forma, relacionava-se com outros imigrantes que ali vieram a residir, mantendo contato com o maestro francês, Gabriel Giraudon, o qual deu início à realização de bailes nas tardes de domingo e, mesmo após a instauração da guerra franco-prussiana, prosseguiu como dirigente do corpo coral do Clube Germânia e da Gesellschaft Germânia ou Sociedade Alemã Germânia, fundada em 1868, à Rua do Príncipe, nº 8. Após a sua criação, foi eleito como

presidente da Sociedade Engenheiro Carlos Rath, cujo objetivo era eminentemente cultural: recreio, canto e propagação de conhecimentos gerais e úteis, principalmente industriais, por meio de jornais, como o *Jornal Germânia*, editado nos anos de 1877 a 1920; a realização de palestras e o acervo de uma biblioteca. Logo após a sua criação, o Clube Germânia conseguiu agregar 200 associados e, anos mais tarde, estimou-se em 2.000 o número de alemães que frequentavam a Sociedade Alemã Germânia.

A sociedade, ao mesmo tempo que se destinava a favorecer a coesão do grupo étnico, tinha por escopo reivindicações da comunidade. Nesse sentido, há o registro, entre outros, de reivindicação para inibir a aglomeração de vendedores ambulantes de origem turca, termo atribuído aos imigrantes sírios e libaneses, pois esses países faziam parte do Império Otomano, que insistiam em permanecer nas proximidades da sede da entidade. Dessa forma, os sócios da Germânia requereram providências com as autoridades no sentido de coibi-las, pois, a sua permanência, além de prejudicar o comércio, era um atrativo a vagabundos e desordeiros que ocupavam as calçadas da Rua do Príncipe, por volta de 1900 – o comércio dos ambulantes já incomodava naquela época, que culminou com a mudança da sede da associação para a Rua Formosa, 75. Na mesma rua, funcionava também o teatro do português Antônio Gonçalves da Silva Batuira. Dessa forma, após o período de trabalho, encontravam os alemães uma maneira de se divertir e de se relacionar.

Na vizinhança, residiam as famílias Schalch e Schwindt. Dos Schwindt descendia a mulher do empresário João Adolpho Schritzmeyer, um dos maiores fabricantes de chapéus. Na época, contratou um grande contingente de alemães para trabalharem em sua fábrica de chapéus, tanto homens quanto mulheres, na sua fábrica na Ladeira do Piques e na sucursal da cidade de Campinas. Ele foi um dos precursores da produção em série e muitos imigrantes alemães, que não conseguiam trabalho – não obstante, na pesquisa, há registros nos Almanques da época de vários alemães trabalhando na Cadeia – encontravam, assim, uma oportunidade na indústria de chapéus, acessório indispensável, de uso obrigatório da sociedade da época. Existia ainda a colchoaria de Guilherme Schoen.

Johann Roos, ou João Roos, e seu irmão Philippe Roos, ou Felipe Roos, também residiram na então Rua do Príncipe. Foram os responsáveis pelas obras pioneiras de urbanização de São Paulo; as Atas da década de 1860 relatam as atividades frenéticas com que as obras da cidade passam a ser executadas, e ambos são citados em várias oportunidades nominalmente como elementos idôneos para executá-las. Por exemplo, obras de urbanização, canalização de rios e córregos, aterros e calçamento de ruas – sistema de pedras macadamizadas – desenvolvido pelo engenheiro escocês John McAdam, em 1820 –, mas, na época, apedregulamento, na área do chamado triângulo, construção de chafarizes, retificação e alinhamento de largos – como o largo da Igreja do Bom Jesus do Brás – inclusive a testada de uma das fachadas da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e tantas outras.

Ao analisarmos a frenética atuação de João Roos e algumas vezes na companhia de seu irmão Felipe Roos nas obras executadas, conforme se depreende da leitura das Atas da Câmara, conclui-se que ele não poderia executar tantas obras atuando isoladamente, seja pela quantidade, seja pela grandiosidade dos empreendimentos. Isso porque, conforme era praxe pelos engenheiros e empreiteiros alemães na execução de suas obras, os serviços eram realizados por um grande contingente de trabalhadores, alguns deles patrícios alemães que estavam desempregados. Além disso, havia disponível oferta de mão de obra escrava de africanos e de demais origens.

Comprova-se que João Mathias Jonas, como também faziam outros imigrantes, utilizava-se do braço escravo – conforme registro do Cemitério da Consolação, encontramos o sepultamento de dois escravos de sua propriedade.⁵

Anos mais tarde, a Câmara passou a exigir que as obras públicas somente fossem executadas por pessoas jurídicas, e não por pessoas físicas. Dessa forma, João Roos, constituiu a empresa João Roos & Ca., com João Rheinfrank, entretanto essa sociedade teve curta duração, pois João Roos veio a falecer logo em seguida, em viagem ao exterior, conforme registro de 25 de agosto de 1865, no canal da Mancha, deixando viúva sua esposa Catharina Roos, que de solteira assinava Catharina Ablas, filha de Carlos Ablas.

O sucesso de João Roos na profissão de empreiteiro fez com que ele empregasse os seus recursos na exploração em novas áreas com o seu pai, Ludwig Roos, ou Luiz Roos, e adquirisse as terras do Maranhão (área enorme que abrangia parte do atual bairro do Belém, Tatuapé e Parque São Jorge, inclusive o local do Sport Club Corinthians Paulista).

O estudo da documentação e dos inventários analisados comprova que os alemães adquiriam as terras, ou seja, os sítios em que viviam e passavam a cultivar as áreas com plantações de gêneros alimentícios para a sua sobrevivência. Ao mesmo tempo em que dão início às vendas, ou tavernas, que passam a administrar, ficam sujeitos aos destemperos dos tropeiros e fregueses que, em muitas ocasiões, ficam agressivos e briguentos após o consumo em excesso de bebidas alcoólicas. Com a intervenção do poder policial, a ocorrência é lavrada em nome do proprietário do estabelecimento.

Encontramos o registro de ocorrência policial no local do negócio em nome de João Rosa, da Prússia – colocou “pra cá do Tatuapé” (terras do Maranhão, atual bairro do Parque São Jorge), mas por ocorrência motivada por um desordeiro (AC, ordem, 3915, 1850).

A exemplo de outros imigrantes alemães, Carlos Ablas, adquiriu inúmeros imóveis na região de Santo Amaro, sendo citado por Robert Avé-Lallemant, que descreve com entusiasmo sua passagem por Santo Amaro, em 1858, em uma de suas propriedades, em razão da extensão da área utilizada na criação de gado e do esmero como um dos pioneiros no cultivo na plantação de chá. Infelizmente, não sabemos a que área o autor se refere, pois ele possuía muitas propriedades naquela região, as mais conhecidas eram a do Rio das Pedras e a de Parelheiros, na qual ele realizava corridas de cavalos na pista de sua propriedade – daí a origem da atual denominação de Parelheiros que se estendeu por toda a região. Possuía outras propriedades na capital, na freguesia de Santa Efigênia, e imóveis na Rua do Príncipe a fim de revendê-los a seus conterrâneos. Porém, anos mais tarde, a rua já estava saturada, fazendo com que os alemães recém chegados optassem por se fixar em ruas próximas; além disso, com o crescimento da família, não havia outra solução.

Encontramos membros das famílias de imigrantes residindo e estabelecendo os seus negócios na Rua Direita, Rua da Imperatriz, Rua da Boa Vista, Rua de São Bento, Rua Maria Paula e em outras das proximidades, entretanto o ponto de convergência continuava sendo a Rua do Príncipe. Os relatos, conforme supra mencionamos, estimam que, na época, era superior a 2.000 o número de alemães que circulavam no centro de São

⁵ Registros de Óbitos, documentos do acervo particular do pesquisador. Em 22/11/1866, foi sepultada, na Quadra Geral, sepultura n. 51, o cadáver de Maria, escrava de João Mathias Jonas. Ela tinha 45 anos de idade. Faleceu no dia 21/11/1866. AC, Ordem 3915, 1850; E, ainda, foi sepultado na Quadra geral, sepultura n. 148, o cadáver de Hipólito, escravo de João Mathias Jonas. Ele tinha 12 anos de idade. Falecido em 23/3/1867, vítima de escrófulas, sepultado em 24/3/1867. AC, ordem 3915, 1850, João Rosa (João Roos), da Prússia, colocou venda “pra cá do Tatuapé” (atual Parque São Jorge). (HESSEL, Leandro).

Paulo. As notícias dos jornais da época referem-se a eles com a seguinte expressão: “colônia alemã de São Paulo”, ou simplesmente “colônia alemã”.

Além de empreendedor, Carlos Ablas atuava também como agiota, não em sentido pejorativo, mas socorrendo os seus conterrâneos, pois, naquela época, não existiam bancos. Parte da família optou, anos mais tarde, por residir na cidade de Santos, Henrique Ablas, Filho de Carlos Ablas foi vereador da Câmara Municipal de Santos durante os anos de 1875/1879, alugava cavalos para enterros solenes (VENTURA, 2013, p. 57).

O nome “Ablas” pode ser escrito de três maneiras diferentes: Ablas, Ablas e Ablaß. Infelizmente, não há como confirmar a maneira certa. Pelo nosso conhecimento, é assim: Heinrich Ablas (com ss) e o filho Karl (Carlos) Ablaß com (ß em alemão). O filho dele (neto do imigrante): Henrique Ablas (somente com s). Fizemos assim em nossa publicação *Famílias Brasileiras de Origem Germânica*.

A título de esclarecimento: há uma diferença entre ß e β. Um é o “ss” (ou chamado “sz”) do alemão e o outro é a letra beta do grego. A família optou por utilizar somente o nome Ablas, com um “S” (ROTHFUSS, 2012, p. 31-33).

Entretanto, a vida não era feita apenas de acontecimentos prazerosos, existiam também os espinhos. Assim, consultando os Autos Crimes do Estado de 1843, encontramos: Subdistrito da Sé: “Procedeu-se ao auto de corpo de delito do cadáver da mulher de um alemão queimada, com o incêndio que houve na casa em que ela morava ao pé da cadeia”. Esse foi o triste fim de Margaretha Josten Jonas, ou Margarida Jonas, mulher praticante da religião católica que foi sepultada ao lado da casa em que vivia, na Igreja dos Remédios, conforme o registro de óbito do citado ano. (Autos Crimes da Capital. DAESP, Ordem: 1493. Ano 1842-1862)⁶.

A explicação é que, tendo João Mathias Jonas viajado para realizar as compras para o seu comércio de gêneros em Santo Amaro – naquela época a distância levava dias de viagem, iam a cavalo e, por não existir estrada, a caminhada era por trilhas –, quando retornavam à capital à noite, paravam para acampar em alojamentos de tropeiros, pois transportavam os gêneros que iriam abastecer os seus negócios. Assim, eram alvos de emboscadas e assaltos nos córregos que circulavam a cidade, daí o surgimento da denominação Córrego da Traição.

Na ausência em uma dessas viagens, ocorreu a invasão a seu negócio de molhados que havia ficado sob a supervisão de Margarida Justo. Nessa ocasião, sofreu ataque de assaltante (s) perverso (s) que, além do roubo, amordaçou (aram) a vítima e ateou (aram) fogo em seu corpo imobilizado, crime de latrocínio – segundo registros da época, São Paulo já demonstrava ser alvo de forasteiros e bandidos. Mesmo estando distante, João Mathias Jonas foi detido para averiguação em Santo Amaro e recolhido à cadeia, sendo liberado depois, tendo convencido as autoridades do seu álibi e comprovado sua inocência.

Anos mais tarde, ainda encontramos o seguinte registro: Almanak – Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo – 1857, organizado e redigido por Marquês & Irmão – 12 Ano. Typographia Imparcial, de J. R. de Azevedo Marquês, Rua do Ouvidor, n. 246 (1856), p. 141 e sg., sob o título Armazéns de Molhados e Gêneros da Terra – encontramos: João Mathias Jonas, Largo de São Gonçalo, demonstrando que o seu comércio continuava em funcionamento.

⁶ Autos Crimes da Capital. Delegacia Especial – Seccional da Polícia de São Paulo, 14 de fevereiro de 1843 – Bal. Joaquim José Luiz – Dr. José Augusto Gomes de Meneses. Extraídas das partes profissionais recebidas nesta repartição até esta data. (No encadernado Ordem 1493, do Arquivo do Estado de São Paulo, Registro Justiça Policia – Ano 1842 a 1862. Data: 14 de fevereiro de 1843).

O filho de João Mathias Jonas delibera seguir os passos do pai e se estabelece na Rua da Boa Vista. Também no ramo do comércio de secos e molhados, Felipe Roos decide se transferir da Rua do Príncipe para a Rua Maria Paula.

É importante registrar a figura do Dr. Theodoro Reichert, domiciliado à Rua do Príncipe, nº 25, conhecido por sua notória capacidade como médico formado pela Universidade de Breslau. Foi habilitado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – a Corte, como se dizia na época –, como operador “parteiro”, especialista nas cirurgias das vias urinárias, e, com seu colega Dr. Carlos Botelho, fundou a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, em 1895, convertida depois na Academia de Medicina de São Paulo.

O ilustre Dr. Reichert foi também, a exemplo de seu conterrâneo Carlos Ablas, um “agiota”, não no sentido pejorativo, mas no de emprestar dinheiro com juros a seus patrícios, mediante, geralmente, a garantia de uma letra de câmbio, pela ausência de instituições financeiras. A partir de 1856, fabricava e vendia um medicamento para combater a sífilis, os anúncios no *Correio Paulistano* indicavam que ele poderia ser encontrado nas praças de Itu, Santos e Campinas. Dr. Reichert dava consultas de graça aos que não podiam pagar e atuava, também, na compra e venda de escravos. Ele comprava escravos adoentados e, após curá-los, tratava de revendê-los apurando o lucro. Conforme os anúncios publicados nos jornais da época, foi também um dos pioneiros na fabricação e venda de vinhos que produzia em suas terras em Tremembé e, ainda, na compra e venda de imóveis. Foi um *expert* em operações financeiras, tornando-se uma figura conhecida e respeitada na sociedade. Casou-se com uma das filhas de Peixoto Gomide – advogado, professor, político e presidente interino do estado de São Paulo de 1897 a 1898 –, e dessa união, nasceram sete filhos.

Alguns anos mais tarde, em 1863, o sucesso de sua atuação na especulação financeira propiciou a abertura da Casa Bancária que levava o seu nome, ocasião em que anunciava nos jornais da época – *Correio Paulistano* – descontar letras de câmbio com duas firmas; dar dinheiro a prêmio sob garantia de títulos comerciais, apólices da dívida pública, ações da estrada de ferro, ouro e prata cunhados e abertura de contas-correntes caucionadas; e conceder empréstimos em dinheiro sob garantia hipotecária. Era, portanto, uma instituição financeira a pleno vapor, inclusive com representação ou sucursais em Santos, Rio de Janeiro e Londres. Porém, em 26 de março de 1884, foi constatado um desequilíbrio em suas finanças, tendo sido decretada a falência de sua casa bancária, cujo domicílio era a Rua do Comércio, nº 2.

Dr. Reichert ocupou também vários domicílios na cidade para exercer a sua atividade, seja como médico, seja como banqueiro, provavelmente em razão da retomada de bens dados como garantia pelos devedores, fazendo-o optar pela posse no imóvel de sua conveniência, tudo na conformidade de inúmeros anúncios e sentenças de execução de dívidas contra os devedores nos jornais da época, *Correio Paulistano*, 8/7/1868, ed. 2144, p. 3, idem, 11/6/1879, e muitas outras inserções do mesmo periódico.

Outros alemães, como Miguel Justo, estabelecem-se no comércio de locação de animais – cavalos – para passeios turísticos ao bairro da Mooca, na Travessa de Santa Tereza. Johannes Holl, um dos fundadores do Deutsche Schule, atual Colégio Visconde de Porto Seguro, decide abrir o atelier de sua alfaiataria na Rua São Bento. Todos residiam nas proximidades do centro ou na própria área denominada triângulo, mas continuavam a se reunir na Sociedade Alemã e nos saraus dominicais à Rua do Príncipe.

Da leitura dos inventários daquela época, se constata que, com a morte do cônjuge, a mulher ficava impossibilitada de prosseguir na atividade comercial, seja pela falta de vivência e expertise comercial, seja pela provável discriminação machista contra a capacitação da mulher. Isso porque as compras do estoque, hoje chamadas de capital de

giro do negócio, eram praticadas por meio de dívida contraída mediante a emissão de letras de câmbio assinadas pelo devedor a favor do credor. Entretanto, ocorrida a morte do devedor, o credor exibia o título de crédito exigindo a quitação antecipada do compromisso. Dessa forma, conforme se conclui, enquanto o devedor varão estivesse vivo, havia a complacência de renovar e parcelar o débito – até de forma verbal –; com a sua morte, a viúva deveria honrar de imediato o total da dívida por ele contraída, não lhe restando outra alternativa senão a de liquidar o negócio para honrar o pagamento. Na maioria das vezes, conforme comprova-se na leitura dos inventários da época, a esposa levava a leilão os bens imóveis para angariar fundos suficientes e, dessa forma, ficava alijada da continuidade da atividade comercial.

Conforme demonstram os documentos da época a partir de 1870, os alemães que conseguiram amealhar recursos optaram por residir em chácaras nas proximidades da cidade, nos bairros do Brás, Pari, Belém, Vila Maria, Parque São Jorge, Tatuapé e outras localidades.

Na gestão de João Teodoro como presidente da Província de São Paulo, 1872-1875, começaram a desembarcar na cidade um enorme contingente de imigrantes vindos da Europa, mas principalmente da Itália. Assim, João Teodoro pressionou os alemães sitiantes do bairro do Brás, Pari, Belém, Vila Maria, Parque São Jorge, Vila Maria, Tatuapé e Penha para darem início à abertura de ruas, pois a locomoção pelo local dependia do direito de passagem entre as propriedades e já havia registros de desentendimentos entre os sitiantes. Essa orientação foi seguida de uma advertência: caso não houvesse a abertura por conta própria de vias públicas, o governo iria assumir essa responsabilidade, porém com risco de desapropriações.

Diante dessa situação, os alemães e outros sitiantes decidiram abrir por conta própria as ruas em suas terras e lotear os seus sítios, propiciando em seus loteamentos a construção de casas populares que iriam abrigar os imigrantes italianos que desembarcavam em grande número e não tinham onde morar. Desta forma, com os recursos amealhados, esses pioneiros alemães começaram a optar por residir em outras áreas, deslocando-se para as bandas de Santo Amaro, como eles se referiam às regiões de Santo Amaro próximas do centro de São Paulo, Chácara Santo Antônio, Chácara Sant’Ana, Brooklin, Moema, Campo Belo, Morumbi, mas também Interlagos, Santa Cecília e outras localidades, algumas mais distantes do centro ou até mesmo no interior do Estado.

Os alemães que seguiram morando no centro começaram a implementar benfeitorias e reformas a seus imóveis, que passaram a ter dois ou mais andares. Assim, os pioneiros alemães poderiam ser denominados atualmente de “*self made man*” – pois, além de comerciantes e artesãos, eram empreiteiros e construtores, ainda foram encontrados alguns vestígios desses imóveis no referido local.

Já em 1910, o Conde Antônio de Toledo Lara resolveu homenagear a sua filha Tereza Toledo Lara, que tinha apenas 10 anos de idade. Contratou o arquiteto alemão August Fried – que executara diversas obras na cidade, inclusive a do antigo prédio do Colégio Visconde de Porto Seguro, na Praça Roosevelt – para construir o imóvel “belíssimo” localizado na esquina da atual Quintino Bocaiuva com a Rua Direita, com o qual presenteou a filha. O imóvel foi tombado pelo patrimônio histórico, permanece até os dias atuais – objeto de recente reforma – e é por todos admirado.

Enfim, os imigrantes alemães foram bastante criativos e puderam vislumbrar, participar e contribuir para o crescimento da nossa metrópole – vivenciaram o apogeu da Rua do Príncipe – e sempre procuravam encontrar um meio de sobrevivência em São Paulo, vencendo todas as dificuldades, por mais difíceis que fossem. Sem dúvida, esse foi o seu maior legado. Infelizmente, a dispersão e o êxodo dos alemães da área central do

triângulo ocorreram por uma série de adversidades: discriminação contra a mulher pela morte do cônjuge, conforme já citado; especulação imobiliária, que, em alguns casos, valorizou o chamado “ponto de negócio”; e o grande fluxo de imigrantes de outras nacionalidades anteriormente mencionado que desembarcaram em São Paulo, no início da década de 1900.

Os alemães que praticavam a religião católica não tinham dificuldades para professar a sua fé nem realizar matrimônios, batizados e registros de óbitos. Geralmente frequentavam a igreja Nossa Senhora da Assumpção, ou antiga Sé.

Não deixa de ser curioso que, mesmo sendo os paroquianos fregueses, como se dizia naquela época, da Igreja Nossa Senhora da Assumpção, ou Igreja da Sé, entretanto os proclamas e avisos religiosos da Cúria de interesse geral dos fiéis eram afixados à porta da Igreja da Misericórdia, na Rua do Príncipe, pois ali circulavam o maior fluxo de fregueses.

Para os alemães protestantes, ao contrário, eram muitas as dificuldades; além da falta de igrejas, não contavam com ministros religiosos para professar a sua fé. Entretanto, para legalizar sua união, são consideráveis os casos de conversão ao catolicismo – por conveniência –, entretanto muitos optaram – para não viver na ilegalidade – por realizar o matrimônio no cartório do registro civil mediante a celebração de um contrato. Inovaram naquilo que hoje denominamos contrato de convivência marital, e os seus conterrâneos de reputação ilibada serviam como testemunhas. Foram encontrados inúmeros registros dessas celebrações em que Francisco Jonas, seu irmão João Pedro Jonas e seu cunhado André Christ, que, por serem considerados idôneos de reputação ilibada, comparecem como representantes da comunidade alemã para atuarem como testemunhas desses contratos perante o 1º Cartório de Notas de São Paulo na década de 1860.⁷

No passado havia também uma proibição ao sepultamento nos cemitérios dos falecidos que não professassem a religião católica, assim os alemães não católicos não podiam ser sepultados em campo santo. Somente em 1829, com a criação de uma fundação, foi criado o cemitério dos protestantes na região do atual bairro de Parelheiros. Este ainda existe, mas, em 1960, foi desativado pela Prefeitura e hoje está sendo mantido por uma Associação dos Cemitérios Protestantes.

A partir da década de 1930, por motivos políticos, durante a ditadura de Getúlio Vargas, foi promulgado o Decreto-Lei nº 383, de 18 de abril de 1938, o qual vedava a estrangeiros a atividade política no Brasil e dava outras providências. O texto, por sua amplitude, atemorizou os estrangeiros, principalmente os alemães, pois a lei autorizava a autoridade policial a adentrar em todos os locais mediante o recebimento de denúncias ou se fossem considerados suspeitos. As escolas eram o alvo prioritário por cultivarem o idioma alemão; algumas, já em 1910, tiveram decretada a sua intervenção, como o Colégio Alemão Brás – Mooca. Posteriormente, três escolas que estavam em funcionamento voltadas para a educação infantil também foram proibidas de continuar funcionando: a Escola Alemã, a Escola Popular Alemã e a Escola Teuto-Brasileira, localizadas, respectivamente, na Rua Florêncio de Abreu, Rua 25 de Março e Rua Duque de Caxias.

O Colégio Visconde de Porto Seguro, inicialmente denominado Deutsche Schule, teve que alterar a sua denominação, sendo proibido de prosseguir no ensino do idioma alemão. Outras escolas que também usavam a denominação Deutsche Schule foram obrigadas a alterar o nome, como o Colégio Humboldt. Clubes e associações em suas

⁷Vide Certidões do 1º Cartório de Notas de São Paulo na década de 1860. Documentos do acervo particular da pesquisadora Marlis Schultze.

reuniões foram proibidos de se expressar, editar ou divulgar publicações no idioma alemão, sem contar o registro de inúmeras perseguições, com a destruição e incineração de seus acervos.

Em 1943, a Sociedade Germânia de São Paulo, por imposição do governo, foi nacionalizada com o nome de Esporte Clube Pinheiros, e isso ocorreu em outras cidades próximas, como em Santos. Essa é a explicação para a dispersão de um grande contingente de alemães que se deslocaram para as áreas virgens ao redor da capital, onde passaram a viver no anonimato e da exploração da agricultura e de outras atividades em sítios, regredindo culturalmente. Ainda hoje se encontram rastros de famílias alemãs que se transferiram para a Serra da Cantareira, Mogi das Cruzes e outras localidades mais afastadas da capital, lá permanecendo – no afã de, por temor, renegar às suas próprias origens.

Existiam cartazes amplamente divulgados, hoje diríamos “banner”, proibindo de falar línguas estrangeiras no Brasil, especialmente os idiomas dos países do Eixo: Alemanha, Japão e Itália. Alguns foram até impressos em outros idiomas, um deles amplamente divulgado pela Delegacia de São Lourenço do Sul, no ano de 1942.

Os infratores eram submetidos a torturas e tinham confiscados seus bens e empreendimentos de descendentes. A proibição era acentuadamente contra o uso da língua para os países do Eixo, mas especialmente voltada ao idioma alemão e seus dialetos. Os alemães que aqui aportavam eram originários de várias regiões do então Reino da Prússia, quando a Alemanha ainda não havia sido unificada e muitas regiões da atual Alemanha naquela época eram estados independentes. Além disso, o idioma era muitas vezes o dialeto dos países dominadores, o que também dificultava sobremaneira a comunicação para sobrevivência entre eles. Assim, originários de diversas regiões, nem entre eles conseguiam se entender, tampouco sabiam se comunicar em português.

Na pesquisa, constatamos que inúmeros alemães passaram a abraçar não só o nome, conforme já mencionado anteriormente, como também o próprio patronímico. Assim, os Roos viraram Rosa; os Josten, Justo, e tantos outros. As mulheres, ao contrair o matrimônio, não mais assinavam os seus sobrenomes de família, e muitas delas, ao se casarem com membros de outras nacionalidades, adotavam somente o sobrenome do cônjuge, tudo para fugir da perseguição da nacionalidade alemã.⁸

⁸ Observação: O próprio autor do presente estudo é por parte de mãe descendente direto das famílias Josten, Roos e Jonas porém, com o casamento sua mãe declinou do patronímico alemão.

Bibliografia:

- Atas da Câmara da Cidade São Paulo – Anos: 1843/1862/1863/1864/1865. Publicação da Subdivisão de Documentação Histórica – Departamento de Cultura (Divisão de Documentação História e Social). PMSP, 1945.
- Atas da Câmara da Cidade de Santo Amaro. Livro I. Arquivo Histórico de São Paulo. Ano 1843.
- ATJSP. 1º Cartório de Órfãos e Ausentes da Cidade de São Paulo. Inventário de Daniel Tavares Santiago. Nº 2772/1891. Pacote N/c.
- ATJSP. 1º Ofício da Família e Sucessões. Comarca de São Paulo, Capital. Inventário de João Roos. Nº 2023/1866. Pacote N/c.
- ATJSP. 1º Ofício de Órfãos e Ausentes e 6º da Provedoria. Inventário de Júlio Roos. Nº 3006/1896. Pacote N/c.
- ATJSP. 2º Ofício da Família. Processo 255. Ano: 1854. Apud SIRIANI, Silvia Cristina Lambert.
- ATJSP. 2º Ofício da Família e Sucessões. Comarca de São Paulo, Capital. Inventário de Francisco Jonas. Nº 637/1873. Pacote N/c.
- ATJSJ. 2º Ofício da Família e Sucessões. Comarca de São Paulo, Capital. Inventário de Bárbara Jonas Câmara. Nº 197/1923. Pacote N/c.
- ATJSP. 3º Ofício da Família. Caixa s/nº. Testamento nº 671. Ano 1857.
- ATJSP. 3º Vara da Família e das Sucessões da Cidade de São Paulo. Inventário de Catharina Roos. Nº 3524/1909. Pacote N/c.
- ATJSP. 3º Vara da Família e das Sucessões da Cidade de São Paulo. Inventário pelo rito de arrolamento de João Roos. Nº 583/1958. Pacote nº 7263.
- Registros de Óbitos - Cemitério da Consolação – óbitos 22.11.1866 – Escrava Maria-23.03.1867 Escravo Hipólito – ambos pertencentes a João Mathias Jonas – Pesquisador: HESSEL, Leandro. Documentos do acervo particular do pesquisador.
- SCHULTZE, Marlis. Documentos do acervo particular da pesquisadora. Certidões do 1º Cartório de Notas de São Paulo, década de 1860.
- DAESP. Colônias. Ordem: 7213. Caixa 2. Anos: 1827-1858. Ordem 72/3-Contrato.
- DAESP. Autos Crimes da Capital. Ordem: 1493. Ano 1842 a 1862.
- DAESP. Autos Crimes da Capital. Ordem: 3915. Ano 1850.
- DAESP. Autos Crimes da Capital. Ordem: 3941. Ano 1864.
- Documentos interessantes para a história e costumes de SP – Arquivo do Estado de São Paulo (DI), v. 4, p. 113-6, 1803.
- Historia da cidade de São Paulo*. V 1 a 3. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2004.
- Portaria para viajar e título de residência de estrangeiros (1842-1855). São Paulo, Polícia de São Paulo. Ordem 1845, AESP, manuscrito.
- Jornais Acervo = Província de São Paulo, O Estado de São Paulo, Correio Paulistano e Folha de São Paulo, 1830/1940.

Autores:

- ANCHIETA, José de. *Certidão de Nascimento de São Paulo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- ANCHIETA, José de. *Minhas Cartas*. São Paulo: Melhoramentos, 1984.
- BUENO, Eduardo. *Capitães do Brasil: A saga dos primeiros colonizadores*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.
- CAMPOS, Eudes. *Arquitetura Paulistana sob o Império*. Tese (Doutorado) Faculdade de

- Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- CAMPOS, Eudes. A cidade de São Paulo e a era dos melhoramentos materiais – Obras Públicas e arquitetura vistas por meio de fotografias de autoria de Militão Augusto de Azevedo, datadas de 1862-1863. *Anais do Museu Paulista*, vol. 15, n.1, São Paulo, jan/jun 2007.
- EDDIE, S. A. *Freedom's price: Serfdom, subjection, and reform in Prussia, 1648-1848*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- FOUQUET, Carlos. *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil, 1808-1824-1974*. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974.
- DAVATZ, Thomaz. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Livraria Itatiaia Editora Ltda.: Universidade de São Paulo, 1980.
- DE MOURA, Denise Soares. *Sociedade Movediça – Economia, cultura e relações sociais em São Paulo, 1808-1859*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. Em: Thomaz Davatz. *Memórias de um colono no Brasil: 1850*. Tradução, prefácio e nota. Livraria Itatiaia Editora Ltda.: Universidade de São Paulo, 1980.
- HUNSCH, Carlos H. & Astolfi, Maria. *O Quadrênio 1827-1830 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Tomo I, Porto Alegre: Editora G&W, 2004.
- KEHL, Luiz Augusto. Simbolismo e Doutrina na Fundação de São Paulo. Em: BUENO, Eduardo (org). *Os Nascimento de São Paulo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. São Paulo: Editora Livraria Martins, 1972.
- LEMONS, Juvêncio Saldanha. *Os mercenários do Imperador*. A primeira corrente imigratória alemã no Brasil (1824-1830), Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
- LOUREIRO, Edison. O Roubo da Cruz Preta. *São Paulo Passado*, junho 2015.
- LUIZ, WASHINGTON. Na Capitania de São Vicente. São Paulo: Edusp-Itatiaia, 1980. Em: MONTOYA, Antonio Ruiz de. *Relacion de los remedios eficazes a tan encarcerada chaga*. 5vols., Madri (?) 1639. John Carter Brown Library.
- MAWE, John. Viagens ao interior do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Edusp, 1978. Em: SEGAXA, Hugo. *História da cidade de São Paulo, veios e fluxos: 1872-1954*. São Paulo: Paz e Terra S. A., 2004.
- MAY, William Henry. *Diário de uma viagem da Baía de Botafogo à cidade de São Paulo (1810)*. Tradução de Jean Marcel de Carvalho França: José Olympio Ltda. São Cristóvão. Rio de Janeiro, 2006.
- PEREIRA DA SILVA, J. M. *História da Fundação do Império Brasileiro*. Tomo 4: B.L Garnier Editor, 1865.
- RIBEIRO, Evanice Maria Högl. *Os alemães dos núcleos coloniais de Santo Amaro e Itapeverica da Serra (1831/1914)*. Tese de doutorado apresentada à FFLCH-HI-Ciências Sociais. São Paulo, 1997.
- RIBEIRO, Domiciano Leite. *Visconde de Araxá. Fantasias e Reminiscências de Domiciano Leite Ribeiro*. [Obra póstuma]. (s/d).
- RIBEIRO, José Jacinto. *Chronologia Paulista da História dos fatos mais importantes ocorridos em São Paulo desde a chegada de Martim Afonso de Souza a São Vicente até 1898*. São Paulo, vol. 3, 1898.
- ROSCHER, Renato. *História dos bairros paulistanos – Sé*. Banco de Dados Folha. Acervo on line.
- ROTHFUSS, Daniela, et. al. *Famílias Brasileiras de Origem Germânica*, vol. 8. São Paulo: Instituto Martius Staden, 2012.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Tradução de Regina

- Regis Junqueira. Apresentação de Mário Guimarães Ferri: Universidade de São Paulo, 1976.
- SANTANA, Nuto. *São Paulo histórico*, vol. 5. São Paulo: Departamento de Cultura, 1944.
- SANTANNA, Nuto. *Metrópole – Histórias da cidade de São Paulo, também chamada São Paulo de Piratininga e São Paulo do Campo em Tempos de El Rei, o Cardeal Dom Henrique, da Dinastia de Avis*. Coleção Departamento de Cultura, São Paulo vol. 2, 1952.
- SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza (Org). *História de São Paulo Colonial*. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.
- SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889)*. Arquivo do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.
- SOMMER, Friedrich. *Die Deutschen in São Paulo: Os alemães em São Paulo, 1840-1890*, vol. 3. Manuscrito: Instituto Martius Staden: São Paulo, 1950.
- TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *A Guerra dos Emboabas*. São Paulo. Arquivo do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 1948.
- VAMPRÉ, Spencer. São Paulo em 1827. *Revista da Faculdade de Direito*, nº 32, v.2, maio/ago., 1936.
- VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*. [Citado em Teodoro Sampaio]. São Paulo: Vozes, 1977.
- VENTURA, Eloy Câmara. *Os imigrantes alemães na construção da sociedade brasileira*. São Paulo, 2013.
- ZENHA, Edmundo. A Colônia alemã de Santo Amaro – Sua instalação em 1829. *Separata da Revista do Arquivo*. vol. CXXXI. Divisão do Arquivo Histórico. São Paulo: Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, 1950.



Montagem: Luciano Tota

Imagens - vista aérea da Praça João Mendes em 1895

1. Igreja Nossa Senhora dos Remédios – José Wash Rodrigues, anuência de Suelli Jesus de Souza – Fotografia: Sossô Parma - Coleção de Arte/Centro Cultural da Cidade de São Paulo, SMC, PMSP

2. A esquerda da Igreja de São Gonçalo, antiga residência de João Mendes, acervo do autor

3. Assembleia Provincial e Câmara Municipal, autoria desconhecida

4. Teatro São José (corresponde aos fundos da atual Catedral da Sé), autoria desconhecida

5. Cartaz – ditadura da era Vargas, documento do acervo particular de Edilberto Luiz Hammes, São Lourenço do Sul, RS